

Assessor parlamentar inocenta Hargreaves

Geraldo Magela

O economista José Carlos Alves dos Santos será ouvido hoje, às 11h00, na Superintendência da Polícia Federal, por um grupo de três parlamentares da Subcomissão de Subvenções Sociais da CPI do Orçamento. O coordenador da subcomissão, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), vai ouvir José Carlos acompanhado dos deputados Nelson Trad (PTB-MS) e Lázaro Barbosa (PMDB-GO). Ele acredita que o economista poderá esclarecer a participação do funcionário Luís Bandeira da Rocha Filho, assessor do ex-ministro Henrique Hargreaves, no esquema de distribuição dos recursos do Orçamento para subvenções sociais.

Luís Bandeira, que prestou depoimento ontem na Subcomissão de Subvenções Sociais da CPI, é irmão de Raimundo Francisco Bandeira de Araújo, responsável pela Fundação Vivil, do Piauí, entidade que recebeu US\$ 1,4 milhão entre 1991 e 1992 em subvenções. Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta várias irregularidades na aplicação dos recursos destinados à Fundação, inclusive desvio de dinheiro.

Em seu depoimento, Bandeira garantiu desconhecer as acusações de desvio de recursos. O senador



Bandeira usou prestígio do PFL para intermediar verbas

Garibaldi Alves Filho disse que o depoimento do ex-subchefe da Casa Civil e ex-secretário-geral do MEC confirma que os recursos do Orçamento só eram liberados com autorização do deputado João Alves (PFL-BA), depois de passar pelo ex-assessor José Carlos Alves. Bandeira garantiu, entretanto, que o ex-ministro Henrique Hargreaves jamais soube da existência da Fundação Vivil nem do seu parentesco com os dirigentes da entidade.

Usando do seu prestígio de assessor parlamentar do PFL, Luís Bandeira admitiu ter intermediado em 91 um pedido de verbas para a

Fundação Vivil, nome de sua avó, junto ao ex-assessor do Senado, José Carlos Alves dos Santos. Bandeira disse que levou seu cunhado até José Carlos: "Pedi ajuda, José Carlos se interessou e sugeriu que eu procurasse o deputado João Alves". O nome do deputado Paulo Octávio (PRN-DF) pela primeira vez foi citado na CPI: ele apresentou emenda para a Fundação Vivil, de Valor expressivo. "Estou surpreso com essa verba. Não sabia de nada", garantiu Bandeira. Mais seis emendas foram apresentadas pelo deputado João Henrique (PMDB-PI).

Várias irregularidades foram constatadas na aplicação dos recursos pelos dirigentes da Fundação Vivil.

"Esse cidadão que veio aqui hoje (ontem) não teria tanto poder de fogo para conseguir a liberação dessa quantidade de recursos. Vamos perguntar ao José Carlos por que ele tinha tanto carinho e tanto apreço por essa entidade desconhecida, para que a colocasse entre as que receberam tantos recursos. Vamos continuar as investigações para ver que relação existe por trás dessas liberações", disse o senador Garibaldi Alves Filho, coordenador da subcomissão que ouviu Bandeira.

Os membros da Subcomissão de Subvenções saíram convictos de que havia conivência de membros do Poder Executivo para a manipulação de verbas do Orçamento para entidades fantasmas como a Fundação Vivil, criada em 1988 pela irmã de Luís Bandeira, Raimunda Francisca Bandeira de Araújo, com o nome da avó. Todas as irregularidades relatadas ontem durante o depoimento foram levantadas desde o mês de maio, pela auditoria do Tribunal de Contas da União. Mesmo assim a Fundação continuou recebendo recursos públicos, principalmente da LBA.